

SUMÁRIO

PREFÁCIO À 3. ^a EDIÇÃO – JOSÉ AFONSO DA SILVA	11
PREFÁCIO À 2. ^a EDIÇÃO – ADA PELLEGRINI GRINOVER.....	15
PREFÁCIO À 1. ^a EDIÇÃO – CAIO TÁCITO	17
APRESENTAÇÃO À 3. ^a EDIÇÃO	19
APRESENTAÇÃO À 2. ^a EDIÇÃO	21
SOBRE O AUTOR	23
ABREVIATURAS.....	35
INTRODUÇÃO	37

PARTE I – CONSIDERAÇÕES GERAIS

1. ATOS ADMINISTRATIVOS: BREVES NOÇÕES	41
1.1 Introdução	41
1.2 Ocorrência dos atos administrativos	42
1.3 Ato jurídico.....	43
1.4 Fato jurídico	43
1.5 Ato administrativo	44
1.6 Fato administrativo	44
1.7 Atos de administração.....	45
1.8 Atos da Administração	45
1.9 Classificação dos atos administrativos	45
1.9.1 Quanto ao poder do Estado	46
1.9.2 Quanto aos agentes que os editam	47
1.9.3 Quanto aos efeitos.....	47
1.9.4 Quanto à manifestação da vontade	48
1.9.5 Quanto ao raio de ação	50
1.9.6 Quanto à vinculação à lei.....	50
1.9.7 Quanto ao número de pessoas que atingem.....	21

1.9.8	Quanto ao conteúdo.....	51
1.9.9	Quanto ao procedimento.....	53
1.9.10	Atos positivos e negativos	55
1.9.11	Atos definitivos e não-definitivos	55
1.9.12	Atos executórios e não-executórios.....	55
1.9.13	Atos permissivos e não-permissivos.....	55
1.9.14	Atos constitutivos de direito ou dever	55
1.10	Vícios do ato administrativo	56
1.11	Conclusão.....	56
2.	CARACTERÍSTICAS DA AUTORIZAÇÃO.....	57
2.1	Introdução	57
2.2	Noção corrente do vocábulo	59
2.3	Primeiras noções técnicas do termo.....	60
2.4	Outorga, anuência e assentimento	61
2.5	Conclusão.....	62

PARTE II – AUTORIZAÇÃO ADMINISTRATIVA NO DIREITO ESTRANGEIRO

A – DOUTRINA

1.	PRINCIPAIS TEORIAS A RESPEITO	63
1.1	Introdução.....	63
1.2	Remoção de proibição geral.....	64
1.3	Remoção de obstáculo	64
1.4	Autorização: sentido amplo	67
1.5	Autorização: ato de controle	68
1.6	Autorização: ato de polícia.....	69
1.7	Autorização: ato de controle e de polícia.....	70
1.8	Conclusão.....	71
2.	NATUREZA JURÍDICA DA AUTORIZAÇÃO	73
2.1	Introdução.....	73
2.2	Autorização: ato discricionário.....	73
2.3	Autorização: ato vinculado ou discricionário	74
2.4	Autorização: ato-condição e condição	77
2.5	Autorização: ato declaratório ou constitutivo de direito	79
2.6	Autorização: ato unilateral.....	80
2.7	Conclusão.....	81

3. PREVISÃO LEGAL DA AUTORIZAÇÃO.....	83
3.1 Introdução.....	83
3.2 Necessidade de lei prévia.....	83
3.3 Conclusão.....	83
4. CONCEITOS DE AUTORIZAÇÃO.....	85
4.1 Introdução.....	85
4.2 Alemanha.....	85
4.3 Argentina.....	86
4.4 Espanha.....	86
4.5 França.....	86
4.6 Itália.....	86
4.7 Japão.....	89
4.8 México.....	89
4.9 Portugal.....	89
4.10 Conclusão.....	89
5. INSTITUTOS AFINS DA AUTORIZAÇÃO.....	91
5.1 Introdução.....	91
5.2 Admissão.....	91
5.3 <i>Agrément</i>	94
5.4 Aprovação.....	95
5.5 Concessão.....	98
5.6 Dispensa.....	105
5.7 Homologação.....	106
5.8 Licença.....	107
5.9 <i>Nullaosta</i>	108
5.10 Ordem.....	109
5.11 Permissão.....	110
5.12 Visto.....	112
5.13 Conclusão.....	113

B – LEGISLAÇÃO

1. AMÉRICA LATINA.....	117
1.1 Introdução.....	117
1.2 Argentina.....	117
1.3 Chile.....	118

1.4	Colômbia	118
1.5	México	118
1.6	Conclusão	118
2.	ÁSIA	119
2.1	Introdução	119
2.2	Japão	119
2.3	Conclusão	119
3.	EUROPA	121
3.1	Introdução	121
3.2	Espanha	121
3.3	França	122
3.4	Itália	122
3.5	Portugal	123
3.6	Conclusão	123

PARTE III – AUTORIZAÇÃO ADMINISTRATIVA NO DIREITO BRASILEIRO

A – DOCTRINA

1.	AUTORIZAÇÃO: ATO VINCULADO	125
1.1	Introdução	125
1.2	Posição de Guimarães Menegale	125
1.3	Conclusão	126
2.	AUTORIZAÇÃO: ATO DISCRICIONÁRIO	127
2.1	Introdução	127
2.2	Doutrina brasileira clássica	128
2.3	Conclusão	132
3.	INSTITUTOS AFINS	133
3.1	Introdução	133
3.2	Admissão	133
3.3	Aprovação	134
3.4	Concessão	135
3.5	Dispensa	137
3.6	Homologação	138
3.7	Licença	138

3.8	Ordem	140
3.9	Permissão	140
3.10	Visto	142
3.11	Conclusão.....	143

B – LEGISLAÇÃO

1.	CONSTITUIÇÃO FEDERAL	145
1.1	Introdução	145
1.2	Operações externas de natureza financeira	146
1.3	Declaração de guerra e celebração de paz.....	147
1.4	Ausência do Chefe do Executivo do País	147
1.5	Produção e comércio de material bélico.....	148
1.6	Créditos especiais e suplementares.....	148
1.7	Transposições orçamentárias e investimentos plurianuais.....	148
1.8	Estado de sítio.....	148
1.9	Energia hidráulica e recursos minerais	148
1.10	Conclusão.....	149
2.	LEGISLAÇÃO FEDERAL	151
2.1	Introdução	151
2.2	Código das Águas (1934).....	151
2.3	Código Penal (1940).....	152
2.4	Lei das Contravenções Penais (1941)	153
2.5	Rádiodifusão (1963)	153
2.6	Código Florestal (1965).....	153
2.7	Código de Mineração (1967)	154
2.8	Geração hidrelétrica (1995).....	154
2.9	Telecomunicações (1997).....	155
2.10	Uso de águas da União (2000)	156
2.11	Transportes terrestres e aquaviários (2001)	157
2.12	Código Civil (2002).....	158
2.13	Conclusão.....	159
3.	LEGISLAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO	161
3.1	Introdução	161
3.2	Constituição Estadual.....	161
3.3	Defesa do meio ambiente	162
3.4	Conclusão.....	162

C – JURISPRUDÊNCIA

1. UTILIZAÇÃO DO VOCÁBULO	163
1.1 Introdução	163
1.2 Supremo Tribunal Federal	163
1.3 Tribunal de Justiça de São Paulo	163
1.4 Tribunal de Alçada de São Paulo (extinto)	164
1.5 Conclusão.....	165

PARTE IV – TIPIFICAÇÃO JURÍDICA DA AUTORIZAÇÃO

1. MODALIDADES DE AUTORIZAÇÃO	167
1.1 Introdução	167
1.2 Exploração de serviço público	167
1.3 Utilização privativa de bem público	168
1.4 Autorização de polícia	169
1.5 Autorização de tutela	170
1.6 Autorização hierárquica	171
1.7 Autorização interna e externa	171
1.8 Autorização precária e não precária	171
1.9 Autorização legislativa.....	172
1.10 Autorização judicial.....	173
1.11 Conclusão.....	173
2. AUTORIZAÇÃO NA PRÁTICA	175
2.1 Introdução	175
2.2 Sujeito ativo	175
2.3 Sujeito passivo	176
2.4 Forma	176
2.5 Objeto ou conteúdo	177
2.6 Motivo ou causa.....	178
2.7 Fim ou finalidade	179
2.8 Mérito	179
2.9 Elementos acessórios ou acidentais	179
2.10 Efeitos.....	180
2.11 Falta de autorização	181
2.12 Recusa de autorização.....	181
2.13 Anulação da autorização	182

2.14	Caducidade da autorização	182
2.15	Revogação da autorização	183
2.16	Outras formas de extinção da autorização	185
2.17	Conclusão.....	185

PARTE V – SÍNTESE COMPARATIVA

1.	DIREITO ESTRANGEIRO E BRASILEIRO	189
1.1	Introdução.....	189
1.2	Direito estrangeiro.....	189
1.3	Direito brasileiro.....	193
1.4	Conclusão.....	194

PARTE VI – DEFINIÇÃO DE AUTORIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

1.	DEFINIÇÃO DE AUTORIZAÇÃO	199
1.1	Introdução.....	199
1.2	Definição de autorização administrativa.....	199
1.3	Conclusão.....	200

CONCLUSÕES.....	201
-----------------	-----

BIBLIOGRAFIA.....	205
-------------------	-----

ÍNDICE ONOMÁSTICO	215
-------------------------	-----

ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO	219
-----------------------------------	-----